

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.346 - SP (2019/0279361-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DE IACANGA - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 8A VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
INTERES. : **EMPRESA BRASILEIRA DE ESQUADRIAS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
REPR. POR : **TADDEI E VENTURA SOCIEDADE DE ADVOGADOS - ADMINISTRADOR**
ADVOGADO : **MARCELO GAZZI TADDEI - SP156895**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO DE BENS E VALORES INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA, EXARADAS PELO JUÍZO FEDERAL, NO BOJO DE EXECUÇÃO FISCAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO EM QUE SE PROCESSA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência sendo suscitante o Juízo de Direito de Iacanga-SP e suscitado o Juízo Federal da 8ª Vara de Execuções Fiscais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo.

Alega o suscitante que, apesar do deferimento do processamento da recuperação judicial da Empresa Brasileira de Esquadrias Ltda., o Juízo Federal determinou a indisponibilidade dos bens da recuperanda em decorrência do andamento de execuções fiscais.

Narra o Juízo universal ter sido requerido pela recuperanda o desmembramento de imóvel de sua propriedade, sob o argumento de que essa medida possibilitaria o fomento de suas atividades e que, tendo sido deferido o pedido, a empresa providenciou o seu registro em cartório.

Entretanto, a recuperanda teve sua pretensão frustrada, ao receber uma nota de devolução do requerimento de registro. Dentre os motivos arrolados, consta a existência

Superior Tribunal de Justiça

de um gravame representado por penhora decorrente de execução fiscal promovida pelo Juízo suscitado, o qual também teria decretado a indisponibilidade de seus bens.

Aponta que tais medidas poderão frustrar o plano de recuperação judicial que já foi aprovado, tendo em vista que o desmembramento requerido é condição essencial à sua viabilidade. Por fim, expõe a competência do Juízo da quebra para a prática de atos constitutivos em relação ao patrimônio da recuperanda.

Instado, o Ministério Público Federal opinou pela competência do Juízo universal (e-STJ, fls. 357-361).

Brevemente relatado, decido.

De acordo com o entendimento jurisprudencial consolidado no âmbito da Segunda Seção desta Corte de Justiça, embora o deferimento do processamento da recuperação judicial não tenha, por si só, o condão de suspender as execuções fiscais, na dicção do art. 6º, § 7º, da Lei n. 11.101/2005, a pretensão constitutiva direcionada ao patrimônio da empresa em recuperação judicial deve, sim, ser submetida à análise do juízo da recuperação judicial.

Efetivamente, constata-se que o presente conflito envolve "uma antinomia que assume grande relevância. Por um lado, há a supremacia da execução fiscal, que visa resguardar o indiscutível interesse público representado pelo crédito tributário (art. 6º, § 7º, da Lei n. 11.101/2005). Um outro ângulo da questão, no entanto, revela a existência de um interesse público igualmente considerável na preservação da empresa em dificuldades financeiras, com a manutenção das unidades produtivas e de postos de trabalho" (CC n. 116.213/DF, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, DJe de 5/10/2011).

A ponderação desses interesses reclama a interpretação sistemática dos dispositivos da Lei de Falências, reconhecendo-se que "a execução fiscal efetivamente não se suspende, mas a pretensão constitutiva voltada contra o patrimônio das pessoas jurídicas em recuperação deve ser submetida à análise do juízo universal, evitando-se a frustração da recuperação da empresa" (CC n. 114.987/SP, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, DJe de 23/3/2011).

Superior Tribunal de Justiça

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - EXECUÇÃO FISCAL - COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR - PRECEDENTES DO STJ - AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Juízo universal é o competente para a execução dos créditos apurados nas ações trabalhistas propostas em face da Varig S/A e da VRG Linhas Aéreas S/A (arrematante da UPV), sobretudo porque, no que se refere à arrematação judicial da UPV, ficou consignado em edital, nos termos da Lei 11.101/05, que sua transmissão não acarretaria a assunção de seu passivo.

2. Embora a execução fiscal, em si, não se suspenda, devem ser obstados os atos judiciais que reduzam o patrimônio da empresa em recuperação judicial, enquanto mantida essa condição. Precedentes: CC 119.970/RS, rel. min. Nancy Andrighi (DJe de 20/11/2012); CC 107.448/DF, 2ª Seção, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 27/10/2009.

[...]

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC n. 87.263/RJ, Relator o Ministro Marco Buzzi, Segunda Seção, DJe de 19/8/2014);

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO FISCAL EM TRÂMITE NO JUÍZO TRABALHISTA. PRÁTICA DE ATOS QUE COMPROMETAM O PATRIMÔNIO DA EMPRESA RECUPERANDA. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CF E DE DESRESPEITO À SÚMULA VINCULANTE N. 10/STF. DECISÃO MANTIDA.

[...]

2. Apesar de a execução não se suspender em face do deferimento do pedido de recuperação judicial (art. 6º, § 7º, da Lei n. 11.105/2005, art. 187 do CTN e art. 29 da Lei n. 6.830/1980), submetem-se ao crivo do juízo universal os atos de alienação voltados contra o patrimônio social das sociedades empresárias em recuperação, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no CC n. 128.044/SC, Relator o Ministro Antonio Carlos Ferreira, Segunda Seção, DJe de 3/4/2014);

PROCESSO CIVIL. AGRAVO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE EMPRESÁRIA SUSCITANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR PARA TODOS OS ATOS QUE IMPLIQUEM RESTRIÇÃO PATRIMONIAL. PRECEDENTES.

1. As execuções fiscais ajuizadas em face da sociedade recuperanda

Superior Tribunal de Justiça

não se suspenderão em virtude do deferimento da recuperação judicial.

2. Todavia, embora a execução fiscal, em si, não se suspenda, devem ser obstados os atos judiciais que reduzam o patrimônio da sociedade em recuperação judicial, enquanto mantida essa condição. Na hipótese, a aplicação literal do art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/05 conduziria à inibição do cumprimento do plano de recuperação previamente aprovado e homologado. Precedentes.

3. Agravo não provido.

(AgRg no CC n. 127.674/DF, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, DJe de 30/9/2013);

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO REGIMENTAL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E JUÍZO FEDERAL EM QUE TRAMITA EXECUÇÃO FISCAL - PEDIDO LIMINAR - DEFERIMENTO - SUSPENSÃO DOS ATOS EXPROPRIATÓRIOS DETERMINADOS PELA JUSTIÇA FEDERAL NO BOJO DE EXECUÇÃO FISCAL, SOB PENA DE OBSTAR O SOERGIMENTO DA EMPRESA EXECUTADA QUE TEVE EM SEU FAVOR O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - DETERMINAÇÃO DE PENHORA DOS BENS DA RECUPERANDA (INCLUSIVE COM RESTRIÇÃO DE INDISPONIBILIDADE) - SOBRESTAMENTO - NECESSIDADE - COMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO - VERIFICAÇÃO - PRECEDENTES - DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE - INOCORRÊNCIA - INTERPRETAÇÃO DE LEI INFRACONSTITUCIONAL, TÃO-SOMENTE - RECURSO IMPROVIDO [...]

II - De acordo com o recente posicionamento perfilhado pela colenda Segunda Seção desta a. Corte, embora a execução fiscal não se suspenda em razão do deferimento da recuperação judicial da empresa executada, são vedados atos judiciais que importem a redução do patrimônio da empresa, ou exclua parte dele do processo de recuperação, sob pena de comprometer, de forma significativa, o soerguimento desta. Assim, sedimentou-se o entendimento de que "a interpretação literal do art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/05 inibiria o cumprimento do plano de recuperação judicial previamente aprovado e homologado, tendo em vista o prosseguimento dos atos de constrição do patrimônio da empresa em dificuldades financeiras" (CC 116213/DF, Relator Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, DJe 05/10/2011);

[...]

IV - Recurso improvido.

(AgRg no AgRg no CC n. 120.644/RS, Relator o Ministro Massami Uyeda, Segunda Seção, DJe de 1º/8/2012).

Há de se destacar, ainda, que o Superior Tribunal de Justiça vem adotando a orientação segundo a qual "a decisão que defere o processamento do pedido de recuperação

Superior Tribunal de Justiça

judicial tem como um de seus efeitos exatamente a suspensão das ações e execuções individuais contra o devedor que, dessa forma, pode desfrutar de maior tranquilidade para a elaboração de seu plano de recuperação, alcançando o fôlego necessário para atingir o objetivo de reorganização da empresa" (CC n. 126.135/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, DJe de 19/8/2014), **mesmo após transcorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005. Nesse sentido:** RCD no CC n. 131.894/SP, Relator o Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe de 31/03/2014 e AgRg no CC n. 111.614/DF, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, DJe de 19/11/2010.

Ante o exposto, na esteira do parecer ministerial, conheço do conflito e declaro competente o Juízo de Direito de Iacanga-SP para a prática de atos processuais que importem o comprometimento de bens da empresa recuperanda, eventualmente exarados, nos autos do Processo n. 150000-08.2016.8.26.0027, pelo Juízo Federal da 8ª Vara de Execuções Fiscais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo.

Comunique-se. Publique-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator